

## *Dossiê*

### FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: REALIDADE, CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

*Teacher Formation in Physical Education in Brazil: reality, contradictions and possibilities*

*Formación en Educación Física en Brasil: realidad, contradicciones y posibilidades*

Melina Silva Alves\*

Rodrigo Lema Del Rio Martins\*\*

---

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i2n6.467-478>

---

#### **Resumo**

Esta publicação discute a realidade, as contradições, os nexos, as determinações e as possibilidades que incidem sobre os cursos de licenciatura em Educação Física no país, a partir da aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) de duas Resoluções que reconfiguram as diretrizes curriculares nacionais. Trata-se de um esforço em compilar as contribuições teóricas de 18 docentes vinculados a 10 instituições de todas as 5 regiões geográficas do país sobre o assunto. A Resolução nº 06/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, e a Resolução nº 02/2019, que determina novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação, são problematizadas nos artigos assinados por esses professores-pesquisadores, respondendo à provocação da Anfope em formato de dossiê. As reflexões que despontam deste trabalho coletivo e plural têm como elo, além da temática, a luta pela revogação dessas normativas, em modo de resistência ativa e propositiva, com vistas ao fortalecimento da formação docente em Educação Física.

**Palavras-chave:** Formação Docente; Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais.

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i2n6.467-478>

### **Abstract**

This publication discusses the reality, the contradictions, the connections, the determinations and the possibilities that affect the degree courses in Physical Education in the country, based on the approval by the National Education Council (CNE) of two Resolutions that reconfigure the national curriculum guidelines. It is an effort to compile the theoretical contributions of 18 professors from 10 institutions from all 5 geographic regions of the country on the subject. The Resolution No. 06/2018, which institutes the National Curriculum Guidelines for Undergraduate Physical Education Courses, and Resolution No. 02/2019, which determines new National Curriculum Guidelines for Initial Teacher Formation for Basic Education and BNC-Formation, are problematized in the articles signed by these professors-researchers, responding to Anfope's provocation in dossier format. The reflections that emerge from this collective and plural work have as a link, in addition to the theme, the struggle for the repeal of these regulations, in an active and purposeful way of resistance, with a view to strengthening teacher formation in Physical Education.

**Keywords:** Teacher Formation; Physical Education; National Curriculum Guidelines.

### **Resumen**

Esta publicación analiza la realidad, contradicciones, nexos, determinaciones y posibilidades que afectan a las carreras de Educación Física en el país, luego de la aprobación del Consejo Nacional de Educación de dos Resoluciones que reconfiguran los Guías curriculares nacionales. Es un esfuerzo por recopilar los aportes teóricos de 18 profesores vinculados a 10 instituciones de las 5 regiones geográficas del país sobre el tema. La Resolución n. 06/2018, que instituye los Guías Curriculares Nacionales para Cursos de Educación Física, y la Resolución n. 02/2019, que determina nuevos Lineamientos Curriculares Nacionales para la Formación Docente Inicial de Educación Básica y Formación BNC, se problematizan en los artículos firmado por estos profesores-investigadores, respondiendo a la provocación de Anfope en formato de dossier. Las reflexiones que surgen de este trabajo colectivo y plural tienen como vínculo, además de la temática, la lucha por la revocación de estas normativas, en forma activa y decidida de resistencia, con objetivo a fortalecer la formación docente en Educación Física.

**Palabras clave:** Formación de profesores; Educación Física; Guías Curriculares Nacionales.

*“Não estamos alegres, é certo,  
mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?  
O mar da história é agitado.  
As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las,  
rompê-las ao meio,  
cortando-as como uma quilha corta as ondas”.*

Vladimir Vladimirovich Mayakovsky

Iniciamos este texto lamentando as mais de 4 milhões e 400 mil óbitos por Covid-19 no mundo, tendo o Brasil na terceira colocação em número de mortes, superando 587 mil vidas perdidas<sup>1</sup>. Mortes evitáveis se não fosse a adoção de medidas negacionistas no campo da saúde resultantes das ações de um governo obscurantista e nefasto. É nesse triste contexto que este dossiê é lançado e publicado, ou seja, em meio a uma pandemia que nos afetou de maneira muito forte.

O presente dossiê é composto por 6 artigos que, com muita qualidade e rigor teórico-metodológico, buscaram responder a provocação lançada pela Revista Formação em Movimento, da Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), sobre a realidade, as contradições, os nexos, as determinações e as possibilidades trazidas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) que incidem sobre os cursos de licenciatura em Educação Física no país. Referimo-nos, em especial, as Resoluções nº 06/2018 (BRASIL,2018), Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (DCNs) - específica para os cursos de Educação Física - e nº 02/2019 (BRASIL, 2019), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BNC-Formação) - para todas as licenciaturas.

Parte da razão em demandar da comunidade acadêmica e profissional contribuições a esse debate, surge da constatação da ausência completa de canais de interlocução entre a sociedade civil por meio de suas entidades representativas e o poder público, notadamente, neste caso, o Ministério da Educação (MEC) e o próprio Conselho Nacional de Educação (CNE).

Assim, sob a tutela de um sujeito avesso à educação, à ciência, à cultura e à comunicação verdadeira, que momentaneamente ocupa a cadeira de presidente da

---

<sup>1</sup> Fonte: Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde, dados de 14/09/2021.

república, esses órgãos efetivaram uma condução da escrita de diretrizes curriculares de costas para a sociedade e alheio aos interesses das comunidades da área da educação e da Educação Física. Portanto, não surpreende que as citadas Resoluções sejam frutos de uma visão parcial de mundo, com intenções deliberadas de precarização da formação docente e aprofundamento das mazelas que historicamente marcam o acesso a educação pública e de qualidade em nosso país.

Consideramos significativo destacar os ataques que a universidade pública no Brasil vem sofrendo neste governo e, para além do desmantelamento intencional objetivado por meio de processos privatistas e de cortes no financiamento, a autonomia universitária vem sendo duramente vilipendiada. Segundo dados do ANDES-SN<sup>2</sup>, já são 25 instituições federais de ensino superior que sofreram intervenções por parte do governo autoritário e obscurantista de Bolsonaro, com nomeações de reitores não eleitos nas consultas realizadas pelas respectivas comunidades universitárias.

Neste sentido, evidenciamos parte da entrevista<sup>3</sup> recente realizada com a professora Celi Taffarel (2021), uma das autoras que compõe o presente dossiê:

Uma vez que as universidades são locais de produção de um conhecimento que pode elevar o criticismo e o empoderamento do povo, é fundamental, para um governo negacionista e autoritário tentar intervir na formulação de conhecimento. E os professores e professoras, como agentes deste processo educativo, estariam entre os alvos principais. Eles querem submeter todo o corpo docente, mantendo-o sob a tutela dos fuzis, dos coturnos, das crenças religiosas, do obscurantismo e do negacionismo. Querem assaltar nossa subjetividade.

Conforme apontado por Alves, Lavoura e Santos Junior (2020) ao debaterem a política de formação de professores, compreendermos que o desmonte do ensino público superior e o esvaziamento dos currículos na formação de professores são parte

[...] da totalidade da conjuntura nacional e internacional de intensos retrocessos político-econômicos, sociais e culturais em meio à crise estrutural do capital, culminando com um quadro generalizado de desmonte dos serviços públicos, de privatizações e de entreguismo do patrimônio nacional ao rentismo e ao capital financeiro internacional.

---

<sup>2</sup> Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/semana-de-luta-contra-as-intervencoes-pauta-os-ataques-a-autonomia-das-ife1>. Acesso em: 14 set. 2021.

<sup>3</sup> Entrevista realizada para o Seção Sindical do Docentes da Universidade Federal de Santa Maria-RS (SEDUFMS). Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/6818-ldquoquerem-submeter-as-universidades-e-assaltar-nossa-subjetividaderdquo-diz-celi-taffarel>. Acesso em: 14 set. 2021.

Estas medidas relacionam-se diretamente como a forma com que o capital se comporta para controlar esta crise - que incide, afeta, atinge e reconfigura a formação humana [...] (ALVES; LAVOURA; SANTOS JÚNIOR, 2020, p. 555).

Mas, em meio a tantos ataques, há resistência! Durante o processo de finalização deste dossiê, uma vitória objetivou-se no dia 5 de agosto de 2021 com o adiamento para dezembro de 2022 da implementação/adequação dos cursos licenciatura à BNC-Formação – Resolução que se configura como um retrocesso educacional ao descaracterizar a formação docente desprezando a concepção da *Base Comum Nacional*<sup>4</sup> para a Formação de professores historicamente defendida pela ANFOPE para os cursos de formação de professores.

Em que pese esta conquista, que só foi possível por meio da resistência de diferentes entidades científicas e profissionais no país, consideramos que é preciso intensificar a luta pela revogação da BNC-Formação em defesa da retomada da Resolução nº 02/2015<sup>5</sup> (BRASIL, 2015), aprovada após ampla discussão na área e que possibilitava a existência de

proposituras originais para superar a fragmentação da formação por meio de sólida formação teórica e interdisciplinar, unidade teoria-prática, trabalho coletivo, compromisso social e valorização do profissional da educação, gestão democrática, dentre outros, afirmando o compromisso da universidade com a sociedade (a partir da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão)<sup>6</sup> (FNPE, 2019, n.p).

Consideramos que a concepção de uma *Base Comum Nacional* – defendida pela ANFOPE e a Resolução nº 02/2015, além de contribuir para a elevação teórica dos cursos de licenciatura, possibilitam avançar no debate específico na Educação Física, na medida em que elas permitem a compreensão da docência como elemento central da

---

<sup>4</sup> A BNC-Formação - Resolução nº 02/2019 (BRASIL, 2019) é diametralmente oposta à concepção de uma Base Comum Nacional para a formação de professores. A ANFOPE vem desde sua fundação (1980) posicionando-se a partir da defesa irrestrita de uma Base Comum Nacional formativa que, entre outros princípios, apresenta a docência como referência para a formação de pedagogos e demais licenciados e a defesa de uma consistente base teórica formativa que se articula a necessidade de mudança estrutural de nossa sociedade.

<sup>5</sup> Resolução nº 02/2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

<sup>6</sup> Nota das entidades nacionais em defesa da Resolução nº 02/2015 do CNE. Disponível em: <https://fnpe.com.br/contra-a-descaracterizacao-da-formacao-dos-professores-nota-em-defesa-da-resolucao-02-2015/>. Acesso em: 14 set. 2021.

proposta, opondo-se as concepções que defendem o aligeiramento/simetria invertida na formação.

Ao analisar 54 Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de formação superior em Educação Física (33 de licenciatura e 21 de bacharelado) formulados a partir da Resolução nº 07/2004 (BRASIL, 2004), anterior às atuais DCNs, Alves (2015) afirma que se apresentou no Brasil a ausência de fundamentos teórico-metodológicos que subsidiassem cientificamente a formação na área. À guisa de exemplo, a autora demonstra que nos PPPs analisados expressa-se uma insuficiência teórica no que tange a apresentação de elementos essenciais para a configuração de um projeto formativo, tais como: concepção de sociedade/formação humana/formação de professores/formação de professores de Educação Física e do objeto de estudo da área.

Neste sentido, alijados de conteúdo, configurou-se predominantemente nos currículos orientados pela Res. 07/2004 uma concepção curricular isolada e autônoma, em sua maioria expressada por meio de um “rol” de disciplinas cuja culminância seria a obtenção do título de licenciatura e/ou bacharelado em Educação Física.

A partir da análise destes PPPs após mais de uma década da aprovação das DCNs de 2004, e, neste momento, de retomada das reformulações curriculares, consideramos que cabe reconhecer **a importância da relação entre conteúdo e forma**, no que tange a construção e desenvolvimento de projetos formativos, já que os dados demonstraram a ausência de conteúdo – parâmetros teórico-metodológicos – permanecendo, majoritariamente, uma visão dicotômica da formação e com a supremacia da forma sobre o conteúdo.

Por esse ângulo, pode-se concluir que a ausência de conteúdo e/ou a sua relativização cultural e epistêmica corroboraram com o rebaixamento da formação de professores de Educação Física no país, objetivando-se, nacionalmente, uma concepção idealista, engessada e estática de currículo.

O silêncio, o esquecimento, a aceitação acrítica da lógica do capital [...] expressaram-se de forma axiomática nos documentos fonte de nossa análise, uma vez que encontramos regularidades que nos possibilitam indicar cientificamente que a tendência unilateral da formação em Educação Física é hegemônica: 1) quanto à categoria projeto histórico, a não explicitação de projeto histórico atingiu 100% (54) dos cursos analisados; 2) quanto à categoria concepção de formação humana, a não explicitação consistente de uma concepção de formação humana atingiu 59% (32) dos cursos analisados; 3) quanto à categoria concepção de formação de professores de Educação Física, a concepção

restrita da formação de professores, que rebaixa o processo formativo a partir da separação dos cursos por área de atuação é a realidade de 89% (48) dos cursos analisados; 4) por fim, quanto à categoria objeto de estudo, a análise demonstrou que 80% (43) dos cursos não expressam qualquer debate sobre o objeto de estudo da área (ALVES, 2015, p. 122).

Consideramos que o debate sobre o conteúdo orientador do processo formativo deve se desenvolver a partir de uma relação dialética entre conteúdo/forma, no qual a função resolutiva é determinada pelo conteúdo e não pela forma.

Na realidade, toda forma está organicamente ligada ao conteúdo, é uma forma de ligação dos processos que os constituem. A forma e o conteúdo estando em correlação orgânica, dependem um do outro, e essa dependência não é equivalente. **O papel determinante nas relações conteúdo-forma é desempenhado pelo conteúdo. Ele determina a forma e suas mudanças acarretam mudanças correspondentes da forma.** Por sua vez, a forma reage sobre o conteúdo, contribui para o seu desenvolvimento ou o refreia (CHEPTULIN, 1982, p. 268, grifo nosso).

E, tratando-se das DCNs, tanto dantes como agora, na definição inicial sobre a forma - se teremos cursos de licenciatura e/ou bacharelado, entrada inicial, configuração de saída, dupla habilitação etc., têm antecedido a decisão sobre o conteúdo do projeto formativo, sobre a concepção de formação e seus elementos essenciais de desenvolvimento, contribuído assim para refrear possibilidades mais avançadas do desenvolvimento dos cursos.

Para se conhecer um fenômeno em sua totalidade e ultrapassar sua expressão pseudoconcreta, Kosik (2002) demonstrou que é preciso superar o imediatismo da forma e desvelar o seu conteúdo. Consideramos que os artigos apresentados neste dossiê indicam que se apresentam nas DCNs atuais e na BNC-Formação elementos teóricos que aprofundam uma tendência formativa unilateral e a prevalência da forma sobre o conteúdo em nossa área.

Destarte, a reunião de professores-pesquisadores neste dossiê é um sopro de esperança de que podemos produzir críticas e indicar caminhos consistentes para repensarmos o papel estratégico das Instituições Superiores de Ensino (IES) no que tange a formação profissional e, conseqüentemente, a construção da formação em Educação Física comprometida com as necessidades mais urgentes da sociedade. Animados por esse espírito, agregamos 18 docentes vinculados a 10 instituições de todas as 5 regiões

do país, que se dedicaram a problematizar o campo da formação profissional em Educação Física, impactado diretamente pela publicação das novas DCNs.

O primeiro artigo que compõem do Dossiê é de assinado por Marina Ferreira de Souza Antunes (Universidade Federal de Uberlândia – UFU). Com o título **“Novas DCN’s para Educação Física: implicações para a formação”**, o texto apresenta uma análise das DCNs para a formação em educação física, que, na visão da autora, elas não podem sequer serem consideradas “novas”, pois remontam a ideias antigas alinhadas a reconfiguração do Estado brasileiro, em especial, naquilo que se refere às políticas educacionais. A análise documental realizada indica que a formação em Educação Física pretendida pelo atual CNE é resultante do processo que estamos acompanhando de contrarreforma do Estado, no qual tem prevalecido a hegemonia obtida por aqueles que detém o capital.

Na sequência, temos a produção: **“Novas Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Física: a raiz da nova arquitetura precarizada para a formação de professores”**, de Elizandra Garcia da Silva, Paulo Antônio Crescúlo de Almeida, Waldyr Lins de Castro, Jonas Lírio Gurgel e Edmundo de Drummond Alves Júnior, todos da Universidade Federal Fluminense (UFF). O texto alerta para o fato de que as novas DCNs da Educação Física não devem ser tomadas como um fenômeno isolado do quadro mais amplo, dentro do qual emerge um conjunto de políticas com vistas ao controle, à precarização e ao esvaziamento da formação de professores. Guiados pelo materialismo histórico-dialético, realizaram uma pesquisa qualitativa documental, que debateu o modo como essas políticas visam naturalizar e difundir mecanismos da formação por competências, da meritocracia e da profissionalização da ação docente. Na visão dos autores, são mecanismos que atuam para o avanço da exploração do trabalho, alinhado às necessidades do mercado na atual fase capitalista.

O terceiro artigo, nominado como **“A instrumentalização do currículo na formação de professores de Educação Física no Brasil”**, analisa a intencionalidade dessa “instrumentalização” por via das atuais DCNs, evidenciando que elas almejam orientar uma única organização curricular para todo o território nacional, na qual as perspectivas acadêmica e operacionais de currículo predominam, precarizam as formações por meio da redução do tempo e espaço necessários à qualificação da formação profissional (licenciatura e bacharelado) e propõem um trato simplificado do estágio supervisionado como sinônimo de prática ou de atividades de extensão. Zenólia Christina Campos Figueiredo (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES), Cláudia Aleixo

Alves (Instituto Federal Fluminense – IFF) e Nelson Figueiredo Andrade Filho (UFES) afirmam que essa política curricular desconhece os pilares da formação na área, contradiz as próprias políticas de formação de professores, limita a experiência formativa de professores e bacharéis, e traz implicações que marcam o retrocesso dos cursos de formação profissional em Educação Física.

Celi Nelza Zulke Taffarel (Universidade Federal da Bahia – UFBA), Márcia Morschbacher (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM), Cássia Hack (Universidade Federal do Amapá – UNIFAP) e Sidnéia Flores Luz (Instituto Federal Baiano – IFBaiano), escreveram o quarto artigo deste dossiê: “**Formação em Educação Física no Brasil: contribuições da ANFOPE, FORLIA e MNCR**”. Nesse texto, as autoras lançam luz sobre as contribuições da ANFOPE para a formação dos professores de Educação Física, do Fórum Nacional de Licenciatura em Educação Física de Caráter Ampliada (FORLIA) e do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR). Adotando os documentos oficiais produzidos por essas entidades como fontes para as reflexões, concluem que a divisão da profissão (entre Licenciatura e Bacharelado) e o rebaixamento teórico pela negação do conhecimento científico trazem consequências significativas para os professores. Em sentido contrário, sustentam que a proposta da ANFOPE sobre a *Base Comum Nacional* e a proposta do MNCR de curso único para atuação em todos os campos de trabalho da Educação Física, na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora, são possibilidades concretas de superação desse cenário posto pelas atuais DCNs.

O quinto artigo: “**Do golpe jurídico-parlamentar ao golpe nas DCN da Educação Física brasileira: o sistema ConFEF/CREFs como mediador**”, é de autoria de Thiago Barreto Maciel (Colégio de Aplicação João XXIII, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF). É uma produção derivada de seus estudos de doutoramento que investigou parte do atual recorte histórico da formação profissional brasileira em Educação Física, sob a mediação do contexto aberto após o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e examinou o papel do sistema ConFEF/CREFs<sup>7</sup> nesse recorte histórico. A partir do marxismo, realizou uma pesquisa teórico-documental, constatou que as atuais DCNs de Educação Física estão assentadas na situação política brasileira aberta após o golpe jurídico-parlamentar do ano de 2016. Somado a isso, identifica o sistema CONFEF/CREFs como importante mediador dos interesses da burguesia na especificidade da área.

---

<sup>7</sup> Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs).

O Dossiê finaliza com o sexto artigo: “*As políticas públicas da formação em Educação Física e sua interface com a revisão curricular imposta pelas DCNs*”, analisando os desdobramentos que as políticas públicas para a formação de professores de Ensino Básico e da Educação Física podem ascender sobre os projetos curriculares dos cursos de graduação em Educação Física. Neste caso, os professores da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Rodrigo Roncato Marques Anes, Paulo Roberto Veloso Ventura, Wilmont de Moura Martins, juntamente com o Júlio César Apolinário Maia, egresso da UEG, retomam retrospectivamente as concepções formativas contidas nos documentos curriculares da Educação Física e avançam no debate do modo como as atuais DCNs têm impactado os cursos dessa área de conhecimento no Estado de Goiás, evidenciando as respectivas apropriações e resistências a esse modelo formativo instituído.

Esse conjunto de textos compilados neste Dossiê sintetizam as críticas fundamentadas e as possibilidades de superação desse quadro de retrocesso para a formação em Educação Física, que não deixa de ser para todo o campo da licenciatura, representado pela publicação das novas DCNs. Estamos certos de que esse esforço de mobilização intelectual dos colegas implicados nesse assunto não esgota o debate acerca da valorização da Educação Física e, tampouco, encerra a luta pela mudança de perspectiva real de uma formação docente comprometida com a transformação social que almejamos.

Nesse sentido, os parâmetros teórico-metodológicos que defendemos neste momento como essenciais para uma concepção de formação tomam como referência posições que resistem frente aos ataques à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, ao esvaziamento de conteúdo, ao crescimento do obscurantismo e do pragmatismo na formação de professores.

Destacamos, por fim, como exemplo de resistência na Educação Física, a entrega ao CNE<sup>8</sup>, no dia 31/08/2021 pelo **Comitê Nacional Contra as Atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física** de uma carta que contou com mais de 58 assinaturas institucionais, destacando-se entre elas a assinatura da ANFOPE e do Colégio

---

<sup>8</sup> Reportagem sobre a entrega da carta disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/manifestantes-vao-ao-cNE-pedir-revogacao-de-diretrizes-curriculares-nacionais-da-educacao-fisica1>. Acesso em: 14 set. 2021.

Brasileiro de Ciências do Esporte, de uma série de grupos de pesquisa e mais de 700 assinaturas pessoais.

É preciso construir, como nos ensinou o professor Dermeval Saviani, em entrevista ao professor Newton Duarte (2019, p. 5) **a resistência ativa**:

O que chamei de resistência ativa implica dois requisitos: a) que seja coletiva, pois as resistências individuais não têm força para se contrapor ao poder dominante exercido pelo governo; b) que seja propositiva, isto é, que seja capaz de apresentar alternativas às medidas do governo e de seus asseclas. Essa forma de resistência é indispensável como estratégia de luta por uma escola livre das ingerências privadas balizadas pelos interesses do mercado.

Longe de esgotar todo a complexidade que esse debate exige, estamos satisfeitos com as reflexões aqui trazidas e muito agradecidos à ANFOPE por oportunizar a organização deste Dossiê, que, do nosso ponto de vista, contribui enormemente com as tarefas empreendidas em torno da luta pela revogação imediata dessas normativas. Desejamos à todxs, uma excelente leitura e que ela possa disparar novas reflexões e ações de uma resistência ativa, portanto, coletiva e propositiva.

\*\*\*

## Referências

ALVES, Melina Silva. *Formação de professores e crise estrutural do capital: a necessidade histórica de uma formação para a transição de modo de produção e reprodução da vida*. 2015. 350f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ALVES, Melina Silva.; LAVOURA. Tiago Nicola.; SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. Política de Formação de Professores e a destruição das forças produtivas: BNC-formação em debate. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista/BA, v. 16, n. 37, p. 553-577, Edição Especial, 2020.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 7, de 31 de março de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2004.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2019.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

DUARTE, Newton. Entrevista com o professor Dermeval Saviani: Pedagogia Histórico-Crítica na atualidade. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente/SP, v. 16, n. 2, p. 4-12 abr./jun. 2019.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\*\*\*

Recebido em: 15 set. 2021.  
Aprovado em: 16 set. 2021.

\* Melina Silva Alves é Doutora em Educação (Universidade Federal da Bahia/UFBA). Mestre em Educação (Universidade Federal de Sergipe/UFS). Especialista em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (UFBA). Licenciada em Educação Física (Universidade Federal do Paraná/UFPR). Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer da Paraíba (LEPELPB) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Marxismo e Ensino da Educação Física (EFEMARX/UFBA).

E-mail: [melinasalves@gmail.com](mailto:melinasalves@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3528998942273090>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0100-253X>

\*\* Rodrigo Lema Del Rio Martins é Doutor e Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciado Pleno em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Adjunto da UFRRJ. Líder do Núcleo de Aprendizagens com as Infâncias e seus Fazeres (NAIF) e membro do Grupo de Investigação Pedagógica em Educação Física (GIPEF). Membro da Direção Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

E-mail: [rodrigoefrural@hotmail.com](mailto:rodrigoefrural@hotmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9215131825606115>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1082-2425>

\*\*\*\*\*